



SOCIEDADE ABERTA

Exigência e rigor



**Domingues
Azevedo**

Bastanário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Portugal vive um dos momentos mais difíceis da sua vida em democracia. A forma de fazer política onde o rigor, a ética e a honorabilidade não abundam, a desresponsabilização das decisões na causa pública, a falta de transparência desde há muito de quem nos governa tem, na minha perspetiva, conduzido os cidadãos a um sentimento de acentuado desinteresse face ao Estado.

A gestão do relacionamento com a comunicação social, pela força formativa que tem na opinião pública, não tem sido suficientemente acutelada e é hoje despidoradamente usada, muitas vezes não para transmitir a verdade dos factos, mas sim para os branquear.

A proliferação de comentadores que, muitas vezes, mais não fazem do que defenderem os símbolos políticos a que se encontram ligados, acaba por gerar a dúvida na mente dos cidadãos, não levando a sério as consequências da impreparação, do uso e abuso da gestão da causa pública. O nosso bolso é soberano e reflete que devemos prestar mais atenção e ser menos tolerantes com quem decide.

As más decisões no domínio da causa pública não se esfumam, elas têm consequências diretas ou indirectas na vida dos cidadãos, na medida em que são por eles pagas, quer de uma forma direta, seja pelo aumento dos impostos, seja pela diminuição dos apoios que o Estado concede.

Sou daqueles que defende que o Estado deve ter ao seu serviço os melhores, os mais capazes, os mais competentes, devendo ser devidamente remunerados pela sua capacidade de trabalho.

O que é público, porque de todos e que a todos diz respeito, tem que possuir a melhor gestão. No que é privado, o risco da má gestão fica circunscrito aos interesses envolvidos, por isso os erros praticados, não obstante o papel social das empresas, afetam apenas os interesses de alguns e não os de toda a comunidade.

O que tem sido veiculado pela imprensa sobre os empréstimos “swap” no setor empresarial do Estado, não deixa de ser, uma vez mais, revelador da impreparação e da falta de competência das pessoas nomeadas para a gestão do interesse público onde a qualidade é, na maioria das vezes, sacrificada aos interesses políticos.

Qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento sobre as questões de evolução financeira, sabia que mais tarde ou mais cedo os juros iriam terminar a sua escalada de subida, para empreenderem o trajeto inverso, transformando o que parecia ser um bom negócio num autêntico pesadelo. Os melhores para o que é público, devia ser o ponto de partida para qualquer ato de gestão.

No exercício das minhas funções profissionais, fui por diversas vezes confrontado com propostas desta natureza, mas entendi que o ganho imediato, não justificava o encargo que se assumia com o futuro, com consequências demasiado gravosas para as empresas.

É essa sensibilidade que eu julgo fundamental para a gestão da causa pública, devendo prevalecer sobre uma lógica que privilegie apenas as consequências imediatas.

Não desvalorizando o risco que os negócios sempre envolvem, estou em crer que era previsível a descida dos juros em prazo que desse garantias de rentabilidade aos proponentes. Essa antecipação, mudaria tudo. É que os valores envolvidos e o interesse a proteger merecia aquele cuidado, pois as consequências e o respetivo pagamento terá que ser suportado por todos os cidadãos com o pagamento dos seus impostos, com verbas que podiam ser orientadas para a saúde e a educação.

Os custos destes atos de gestão, se devidamente mensurados, têm um enorme efeito social negativo, pois condicionam, em diversas dimensões, o futuro de um país. ■